

O lazer da população de origem migrante na metrópole

José Guilherme Cantor Magnani*



Arquivo CEM

INTRODUÇÃO

Quando se fala em lazer da população de origem migrante na grande metrópole, imediatamente pensa-se numa série de manifestações culturais com forte sabor rural.

Religiosas ou profanas, essas manifestações seriam algo assim como "sobrevivência" de padrões culturais – relações de trabalho, ritos e práticas devocionais, tempo livre, laços de vizinhança, compadrio, etc. – associados ao particular modo de vida que remete ao pólo de origem do processo migratório. "Sobrevivências", porque transplantadas (e meio deslocadas) no novo solo onde, em vez de corresponderem às antigas funções e significados, constituiriam desfiguradas lembranças de um passado remoto e até mesmo mítico.

Folias-de-rei, danças de São Gonçalo, sambas-lenço, cirandas, catiras, festas do Divino, mutirões, etc – eis alguns exemplos de festas e folguedos que vêm à memória quando se pensa no lazer da imensa população trabalhadora de origem migrante espalhada na periferia dos grandes centros urbanos.

Será assim mesmo? Para responder a essa pergunta seria necessário antes de mais nada levar em consideração os dois termos que integram a locução acima: população **trabalhadora** de origem **migrante**. Conforme o peso atribuído a um ou outro, o enfoque e as consequências serão outras. Se se enfatiza, por exemplo, a característica de migrante dessa população, tende-se a identificar, a todo custo, entre seus integrantes, aqueles traços que denunciam a origem rural. Neste caso, não só as festas, religiosas ou profanas, seriam objeto de busca, mas também resquícios de hábitos alimentares, elementos de farmacopéia popular, formas de sociabilidade, etc – em suma, tudo quanto possa constituir marcas da origem rural. O perigo, nessa linha de análise, é a "folclorização", ou seja, considerar aqueles traços como "exóticos" e concluir pela sua progressiva descaracterização na medida em que vai diluindo o contato com as origens. Folioes que já não lembram as cantorias; roupas que perderam as cores tradicionais; gestos repetidos mecanicamente; dificuldades em seguir o calendário festivo, etc, seriam indícios da perda de autenticidade. Essa postura tende, pois, a um desencantamento com as transformações pelas quais as manifestações de cultura popular necessariamente passam quando seus agentes são subme-

tidos a novas condições de vida. É como se houvesse o secreto desejo de deter a mudança, impedir a transformação, apegar-se a um passado que não existe mais.

Se, por outro lado, carrega-se demais no outro termo – trabalhadores – existe outro risco que é o de jogar a multiplicidade das formas de lazer e entretenimento, com suas características regionais, na vala comum dos fatores que garantem a reprodução de força de trabalho. Sim, porque é desta ótica que habitualmente se analisa a função do lazer, sejam quais forem suas características: mera reprodução da força de trabalho. Não se trata, evidentemente de negar este aspecto do lazer numa sociedade dividida em classes, mas cabe notar que tal afirmação, no nível de generalidade em que se situa, não explica o que ocorre no plano do concreto vivido. Desde tal ponto de vista, que é o da lógica do capital, pouco importam as formas com que os trabalhadores ocupam seu tempo livre; o que conta é a funcionalidade do momento de repouso e interrupção das atividades produtivas necessárias à reposição da força física, ao alívio de tensões psíquicas e ao descanso mental.

Mas, cabe perguntar – será que é a partir dessa ótica que os trabalhadores vivem, concretamente, seus momentos e oportunidades de lazer? Se para o sistema tanto faz que se use o tempo livre para dispor um trabalho de futebol de várzea, ir ao circo, assistir a uma "saída de santo" no terreiro de candomblé, participar da quermesse na paróquia, frequentar o forró, aventurar-se numa excursão de farofeiros na Praia Grande – será que para os usuários essas e outras tantas alternativas de lazer comuns nos bairros operários têm o mesmo apelo?

Talvez seja o caso de mudar a pergunta, de "para que serve" para "o que significa". Só que essa pergunta, a rigor, tem de ser feita aos próprios trabalhadores através de uma observação cuidadosa e sistemática do que realmente se faz no espaço em que se desfruta o lazer – a casa, a vizinhança, o bairro. Só assim é possível despojar-se de visões preconcebidas – tanto daquela que a todo custo quer ver o migrante imerso, ainda, em sua cultura de origem, como da outra, para a qual as diferenças regionais não têm a menor importância e que considera o lazer apenas como meio para repor as energias gastas no processo de trabalho.

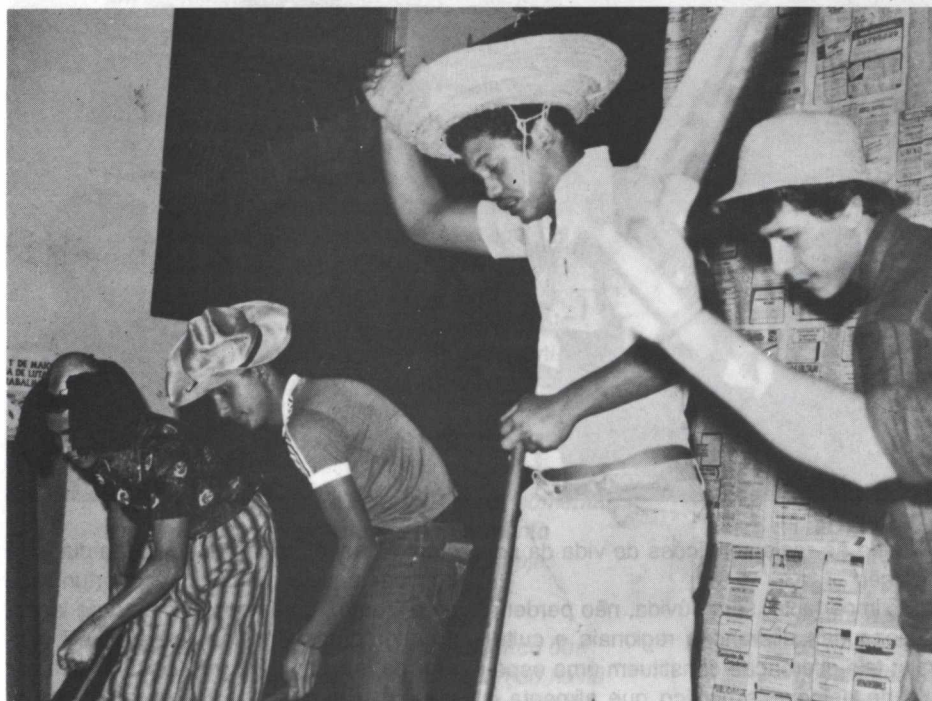
Nesta nova perspectiva – que procura captar o lazer e formas de cultura regional em seu processo de transformação, diante das atuais condições de vida, nos grandes

centros – os fins de semana, por exemplo, mostram ricas e variadas opções de recreação e encontro: festas de casamento, aniversários, batizados; rituais e comemorações religiosas; quermesses, bailes, ensaios de escola de samba; excursões, torneios de futebol de várzea, parque de diversões, circo, reuniões de associações comunitárias, etc. E também – ficar em casa, dormir, assistir a programas de televisão, arrumar o banheiro ou terminar aquele puxado, nos fundos, com a ajuda de uns colegas.

Talvez não se encontrem, nestas formas de diversão, as marcas de um lazer ou cultura idealmente associadas ao estilo de vida operário ou que possam ser identificados com "autênticas" tradições regionais, mas é assim que se desfruta o escasso tempo livre nos bairros onde mora a imensa população trabalhadora de origem migrante. Essas formas de lazer e entretenimento, ainda quando evocam um passado rural, tradições religiosas, costumes regionais, também estão permeados pela indústria cultural e remetem a determinações que são comuns tanto aos trabalhadores dos setores mais avançados da economia como aos de ramos tradicionais e ainda aos de vinculação precária no sistema produtivo: vivem todos nos mesmos bairros periféricos carentes de infra-estrutura e serviços, participam do mesmo universo restrito de consumo, concorrem aos mesmos lugares de entretenimento, participam das mesmas associações vicinais.

Arquivo CEM





Ainda que não constituam signos distintivos de classe, nem possam considerar-se puras expressões de antigas tradições, as formas de entretenimento tal como realmente existem nos bairros operários – pobres, pouco originais, sem nada de muito elaborado ou “autêntico” podem representar um canal de acesso ao conhecimento dos valores, maneiras de pensar e modo de vida dos trabalhadores. Para isso, é preciso observá-los de perto e em seu próprio contexto, pois se existem é porque possuem um significado para aqueles que os praticam. “A cultura de um povo”, lembra Geertz, “é um conjunto de textos que o antropólogo tenta ler por sobre os ombros daqueles a quem eles pertencem (...) Fazer a etnografia é como tentar ler um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado” (Geertz, 1978, pg. 321 e 20).

O PEDAÇO

Desta forma, para entender a importância e o significado do lazer é preciso observá-lo no contexto dos bairros onde é desfrutado, principalmente nos fins de semana, procurando identificar as preferências; proibições, registrar regularidades, diferenciações. Há, por conseguinte, formas de entretenimento próprias de adultos, em

contraposição às de crianças; de homens e de mulheres; de mulheres casadas e moças solteiras; de rapazes e de moças. Com relação ao espaço onde o lazer é praticado, pode-se distinguir em casa/fora de casa; fora de casa, mas no “pedaço”; fora de casa e fora do “pedaço”.

Trata-se, evidentemente, de tentativa inicial de estabelecer alguma forma de classificação diante de um objeto à primeira vista sem qualquer ordem: a primeira impressão é que todos, indistintamente, tomam parte nas várias opções de entretenimento; aos poucos, as regularidades, diferenciações e categorias começam a adquirir forma. Dentre estas, a de “pedaço” revelou-se fundamental para se entender a maneira como se desfruta o lazer no contexto do bairro e os laços de sociabilidade que estabelece e reforça (Magnani, 1984).

São dois os elementos constitutivos do “pedaço”: um componente de ordem espacial a que corresponde determinada rede de relações sociais. O primeiro é delimitado por alguns marcos de referência: o ponto de ônibus, a padaria, o telefone público, alguns bares e casas de comércio, o salão de baile, o campo de futebol, o terreiro umbandista ou o tempo evangélico. No núcleo do “pedaço”, enfim, estão localizados alguns serviços básicos – locomoção, abastecimento, informação, culto, entretenimento – que fazem desse espaço um ponto de encontro e passagem. Não basta, entretanto, morar perto ou frequentar com

certa assiduidade esses lugares: para “ser do pedaço” é preciso estar situado numa particular malha de relações que articula laços de parentesco, vizinhança, procedência, participação em associações vicinais, esportivas, religiosas, etc.

Algumas categorias definem o grau de inserção nesta rede: diz-se que alguém é “chegado” a fulano quando é apenas conhecido e os vínculos com ele são superficiais. Ser “colega” supõe uma relação mais concreta – firma, escola, associação – e por conseguinte um maior conhecimento sobre seu trabalho, preferências e habilidades desportivas, etc. “Irmão”, “xará”, “tio” e outras designam diferentes gradações de proximidade.

Enquanto o núcleo do “pedaço” apresenta um contorno nítido, suas bordas são fluidas e não possuem uma delimitação territorial precisa. O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade e suas instituições. Se nas pequenas cidades interiores o trabalho, a devoção e o lazer são vividos nos limites de um espaço onde todos se conhecem, a grande metrópole favorece a dispersão. A alta rotatividade no mercado de trabalho, por exemplo, que empurra os indivíduos de uma empresa para outra (ou para nenhuma) dificulta a criação de laços mais permanentes, o mesmo ocorrendo com outras instituições e serviços urbanos.

Assim, é principalmente o lugar de moradia e vizinhança que congrega as pessoas, permitindo o estabelecimento de relações mais personalizadas e duradouras que constituem a base da particular identidade produzida no “pedaço”. No domínio do público, marcado por relações impessoais – lugar do “você sabe com quem está falando?” (1) – está o indivíduo, identificado pela carteira profissional, pelo título de eleitor, pela ficha. No “pedaço”, todos sabem com quem estão falando:

“Pertencer ao ‘pedaço’ significa poder ser reconhecido em qualquer circunstância, o que implica o cumprimento de determinadas regras de lealdade que até mesmo os ‘bandidos’ da vila acatam. Pessoas de ‘pedaços’ diferentes, ou alguém em trânsito por um ‘pedaço’ que não o seu, são muito cautelosas: o conflito, a hostilidade estão sempre latentes, pois todo lugar fora do ‘pedaço’ é aquela parte desconhecida do mapa e, portanto, do perigo (...) a periferia

dos grandes centros urbanos não configura uma realidade indiferenciada. Ao contrário, está repartida em espaços territorial e socialmente definidos por meio de regras, marcas e acontecimentos que os tornam densos de significação, porque constitutivos de relações" (Magnani, op. cit. p. 139).

Se o "pedaço" é o espaço e ponto de referência privilegiado para a fruição do lazer, ele próprio é em parte resultado dos laços de sociabilidade que as diferentes formas de entretenimento estabelecem e reforçam. Para apreciar devidamente como se desenvolve esse processo seria necessário descrever e analisar cada uma das modalidades que compõem a rede de lazer pois a dinâmica, o apelo e o significado de uma peça dramática ou cômica no circo não são os mesmos de um baile, de uma excursão de "farofeiros" ou de um festival de música sertaneja ou torneio de futebol de várzea. Tal tarefa, evidentemente, não cabe nos limites deste trabalho (2).

CONCLUSÃO

Existe, na cidade de São Paulo, um espaço comumente associado a migrantes de origem nordestina, que fazem dele, preferencialmente, um ponto de encontro e lugar de desfrute de diversas formas de lazer com características regionais: é a Praça da Sé. Com efeito, uma rápida observação dos objetos ali vendidos, das atrações oferecidas e do inconfundível sotaque mostra a veracidade da afirmação. Mas é verdade, também, que migrantes de outras regiões, e pessoas nascidas em São Paulo frequentam a Praça da Sé, assim como é verdade que os próprios migrantes nordestinos têm outros lugares de encontro, não tão badalados como esse, mas igualmente importantes para o estabelecimento e manutenção de seus laços de sociabilidade e referência.

O que se quer ressaltar, com essas constatações, é a necessidade de relativizar vinculações excessivamente rápidas e fáceis entre "lazer" e "migrante" e buscar uma correta interpretação do significado do lazer para a população trabalhadora. Se, de um lado, se insiste na tentativa de catalogar lugares, formas de expressão, etc., exclusivamente ligados à condição de migrante, corre-se o risco de "folclorizar" a questão, ou seja, de associar essas formas de entretenimento e cultura com um modo de vida que já não corresponde àquele que constitui a realidade do dia-a-dia dos seus usuários, na cidade. É preciso associar as modalidades de lazer, os lugares de encontro e as regras de socia-



bilidade às reais condições de vida da população.

É importante, sem dúvida, não perder a riqueza das diferenças regionais e culturais: tais diferenças constituem uma espécie de estoque simbólico que alimenta o imaginário e as formas de expressão dos vários grupos de origem migrante, em contato e relação com novas informações e traços culturais de outros grupos. Ou seja, é na troca, no intercâmbio, no contato – e no conflito – que se dá a dinâmica cultural da cidade, e não na tentativa de resguardar uma suposta autenticidade. A chamada cultura popular, como qualquer outra "forma" ou denominação de cultura, também se transforma, se modifica e dialoga com o contexto onde é produzida e circula. Desta forma, evita-se também a outra tentação assinalada neste artigo: a de dissolver as diferenças culturais e regionais diante de uma pretendida "função" única do lazer, que seria a de repor as energias gastas no processo de trabalho; isto pode corresponder à visão do sistema, mas não esgota a riqueza de significados na perspectiva de quem desfruta o lazer.

É preciso, por conseguinte, para captar a multiplicidade das formas de lazer e entretenimento e seus significados, registrar e analisar a partir do local e levando em consideração o contexto em que é desfrutado, procurando detectar o que realmente representa para eles, nos diferentes momentos do tempo livre: final da jornada de trabalho, fins de semana, feriados, férias. Sem a base de uma detalhada etnografia de cada forma de lazer (com suas regras, seus participantes, sua dinâmica) corre-se o risco de apenas repetir o senso comum ou então ficar no nível das generalidades.

Uma observação geral pode ser feita: o momento do lazer – instante de esqueci-

mento das dificuldades do dia-a-dia – é também aquele momento e oportunidade do encontro, do estabelecimento de laços, do reforço dos vínculos de lealdade e reciprocidade, da construção das diferenciações. Em contraposição ao universo do trabalho, submetido à lógica do capital que programa espaços, gestos, tempos, a esfera do lazer é regida por outra lógica, aberta ao exercício de uma certa criatividade. É aí, ademais, que os trabalhadores exercitam seu direito de escolha, entre esta ou aquela forma de lazer, com estes ou aqueles colegas, em casa ou fora dela.

* Professor de Antropologia Urbana e Vice Chefe do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP e Diretor da Divisão de Pesquisas do Centro Cultural São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, autor de "Festa no Pedaço: Cultura Popular e Lazer na Cidade", SP, Brasiliense, 1984 e "Umbanda", SP, Ática, Série Princípios, 1986.

NOTAS

- 1 – Fórmula violenta de transição entre o mundo da universalidade legal para o mundo das relações pessoais. (Cfr. Da Matta, 1979).
- 2 – Ver, a propósito, Magnani, 1984.

BIBLIOGRAFIA

- DA MATTA, R. – Carnavais, Malandros e Heróis, Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
 GEERTZ, C. – A interpretação das Culturas, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
 MAGNANI, J.G.C. – Festa no Pedaço: Cultura Popular e Lazer na Cidade, São Paulo, Brasiliense, 1984.